



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 8º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP  
70047-900  
Telefone: (61) 2022-7960 - <http://www.mec.gov.br>

OFÍCIO Nº 779/2022/ASPAR/GM/GM-MEC

Brasília, 13 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ELMANO FÉRRER  
Segundo-Secretário no exercício da Primeira-Secretaria  
Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal  
Palácio do Congresso Nacional  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Requerimento de Informação nº 2.528, de 2020, do Senador Humberto Costa.**

Senhor Segundo-Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 286 (SF), de 20 de abril de 2022, que versa sobre o Requerimento de Informação em epígrafe, encaminho a Vossa Excelência documentação anexa contendo as informações prestadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) acerca "do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)".

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VICTOR GODOY VEIGA  
Ministro de Estado da Educação

Anexos:

I - NOTA TÉCNICA Nº 2873173/2022/CODDE/CGAME/DIRAE (3269798 e anexos).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Godoy Veiga, Ministro**, em 13/05/2022, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0),  
informando o código verificador **3314907** e o código CRC **E8158256**.



## FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

NOTA TÉCNICA Nº 2873173/2022/CODDE/CGAME/DIRAE

**PROCESSO Nº 23034.009849/2022-71**

**INTERESSADO: ASSESSORIA PARLAMENTAR - GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

### 1. ASSUNTO

1.1. Requerimento de Informação nº 2.528, de 2020, de autoria do Senador Humberto Costa, o qual solicita informações sobre a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

### 2. ANÁLISE

2.1. Trata-se da análise técnica desta Coordenação Geral de Apoio à Manutenção Escolar-CGAME acerca do Requerimento de Informação nº 2.528/2020, de autoria do Senador Humberto Costa, a qual requisita-se informações sobre a execução financeiramente PDDE, relativamente aos exercícios de 2019 e 2020, cuja justificativa é embasada pelo que segue: *"parte do gasto com aquisição de equipamentos, e até de materiais, de proteção contra a covid-19, que poderiam ser financiados com recursos do PDDE, podem estar sendo adquiridos à custa da economia dos entes federados com o pagamento de profissionais da educação, como professores temporários, que tiveram seus contratos de trabalho rescindidos ou não renovados, e monitores de ensino que desempenham tarefas pedagógicas de apoio à docência"* e complementa que *"certificar a respeito de eventual distorção na execução dessa importante política pública, de modo a orientar a melhor intervenção legislativa, com vistas a restabelecer, de maneira tempestiva e eficaz, a finalidade e os objetivos dessa política."*

2.2. A respeito da matéria, cabe esclarecer que Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE consiste na destinação de duas parcelas anuais, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

2.3. Isto posto, com vista a respeitar os princípios do Programa, como a autogestão escolar e a contribuição para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares públicas, esta Autarquia, juntamente com o Ministério da Educação, adotou, assim que decretada a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no Brasil, estratégias, na execução do PDDE, para apoiar medidas de proteção da comunidade escolar ao novo coronavírus, como a antecipação do repasse das duas parcelas do PDDE, referente ao exercício de 2020, para as escolas beneficiárias e a publicação da Resolução CD/FNDE nº 16, de 07 de outubro de 2020, que instituiu o PDDE Emergencial, que teve por objetivo contribuir, supletivamente, para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos de ensino diante do quadro da pandemia, destinando recursos para adequação das estruturas e aquisições de materiais necessários para seguir o protocolo de segurança, com vista à reorganização do calendário escolar e retomadas das atividades presenciais.

2.4. Diante da real situação de cada rede de ensino, respeitando a autonomia escolar e os objetivos do PDDE, o FNDE orientou (por meio de comunicados, boletins, webinar) as escolas a utilizarem os recursos do PDDE e PDDE Emergencial nas necessidades enfrentadas no dia a dia escolar impostas pela pandemia. Assim, além do desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a nova realidade, como o sistema híbrido de ensino, esses recursos puderam ser utilizados também para a realização de ações de proteção ao vírus, tais como: aquisição de álcool em gel, toalhas de papel, sabonete líquido, aquisição de material de limpeza, dentre outros insumos necessários para a prevenção do contágio e promoção de ações educativas sobre higiene.

2.5. Em 2019, no âmbito do PDDE Básico, foram liberados os valores totais de R\$ 788.019.516,50, com 113.958 escolas atendidas e 32.827.756 alunos beneficiados das redes de ensino estadual, municipal e do Distrito Federal. Em 2020, foram liberados o montante de R\$ 810.855.352,36, para 115.971 escolas e 33.076.464 alunos. Já o PDDE Emergencial/2020, foi liberado o montante de R\$ 445.157.396,00, para 97.728 escolas e 29.013.130 alunos. Seguem anexas planilhas com o repasse desses dados por escola.

2.6. No que concerne a eventuais distorções na execução, cabe esclarecer que é de responsabilidade de cada ente federado analisar e julgar as prestações de contas das unidades escolares vinculadas a sua rede de ensino, ou seja,

identificar os possíveis desvios de finalidade na execução do PDDE e informar, por meio do sistema de gestão de prestação de contas do FNDE - SiGPC, a reprovação desses gastos, bem como promover as devidas sanções ao gestor escolar que causou o dano ao erário, conforme regulamentado na Resolução CD/FNDE 10, de 18 de abril de 2013, revogada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021.

2.7. Quanto as dificuldades enfrentadas na execução do PDDE, temos a pontuar que a própria duração da política pública, desde 1995, bem como o sucesso, anualmente, no alcance de escolas atendidas e alunos beneficiados, não há óbice que seja relevante de registro.

2.8. Assim, visando a clareza e o controle social na execução e situação de prestação de contas do Programa, encontram-se disponíveis para consulta, no site do FNDE, sem a necessidade de senha, os sistemas PDDEINFO - Consulta Escola, no link <https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/pddeinfo/escola/consultar>, e o SiGPC - Acesso Público, no link <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>.

### 3. CONCLUSÃO

3.1. Pelos números de repasse do PDDE e do PDDE Emergencial, ambos suplementares, é perceptível a atuação do PDDE junto às escolas públicas do Brasil, em um esforço conjunto com as políticas públicas educacionais dos entes federados, para mitigar os impactos do coronavírus no ambiente escolar.

**Amanda Vargas Maia**

Coordenadora do Dinheiro Direto na Escola

**Djailson Dantas de Medeiros**

Coordenador-Geral de Apoio à Manutenção Escolar

**Garigham Amarante**

Diretor de Ações Educacionais

**Marcelo Lopes da Ponte**

Presidente do FNDE



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA VARGAS MAIA, Coordenador(a) do Dinheiro Direto na Escola**, em 14/04/2022, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS, Coordenador(a)-Geral de Apoio à Manutenção Escolar**, em 14/04/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **GARIGHAM AMARANTE, Diretor(a) de Ações Educacionais**, em 14/04/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LOPES DA PONTE, Presidente**, em 14/04/2022, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.fnde.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.fnde.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2873173** e o código CRC **C0D5BA87**.